



Arranjos locais para o lazer de base comunitária: regiões litorâneas do Rio de Janeiro e do Paraná como laboratórios vivos de análise

Local arrangements for community-based leisure: Coastal Regions of Rio de Janeiro and Paraná as living labs

Yasmin Xavier Guimarães Nasri, Marta de Azevedo Irving, Beatriz Leite Ferreira Cabral, Marcelo Augusto Gurgel de Lima e Renata Amorim Almeida Fonseca

RESUMO: A leitura de natureza que fundamenta a elaboração e implementação de políticas públicas na América Latina reflete, em grande medida, a visão de mundo ocidental de cisão entre humanos e não humanos, decorrente de um longo processo de colonização que, historicamente, vem regulamentando as práticas de conservação da biodiversidade, inclusive no Brasil. Nesse contexto, para se pensar em caminhos inclusivos, democráticos e colaborativos para a conservação da biodiversidade e dos valores culturais a ela associados, o presente artigo tem como objetivo analisar as potencialidades e os obstáculos para a construção de parcerias entre a gestão pública e as comunidades locais nas áreas protegidas, no sentido de fortalecimento do *Lazer de Base Comunitária (LBC)*, nas Regiões Turísticas da Costa do Sol (RJ) e Litoral do Paraná (PR). A pesquisa qualitativa se baseou em levantamento bibliográfico e documental e observação direta nas regiões estudadas entre 2019 e 2022, complementadas por conversas informais com lideranças comunitárias e atores da gestão pública regional, registradas em caderno de campo. A análise dos resultados obtidos foi efetivada por meio da construção de uma matriz-síntese sobre os arranjos associados às iniciativas comunitárias de lazer nessas regiões. A imersão no material obtido permitiu identificar que os principais arranjos locais para o *LBC* estão direcionados à visitação ao patrimônio natural e cultural; à organização de festividades culturais e sacras; à produção gastronômica e de artesanatos; e a promoção de práticas desportivas e de aventura. Os desafios para a incorporação dessas ações à gestão das UCs envolvem a decodificação das diferentes visões de mundo e os significados de natureza e cultura, além da necessidade de reconhecimento dos processos históricos de organização comunitária nas regiões estudadas. As potencialidades envolvem a construção de parcerias locais vinculadas ao fortalecimento dos laços entre os diferentes atores sociais e ao reconhecimento das iniciativas já existentes no território, sem que sejam silenciados os conflitos sociais, as disputas de poder, e os modos locais de organização do trabalho e do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer de Base Comunitária; Arranjos Locais; Áreas Protegidas; Rio de Janeiro; Paraná.

ABSTRACT: The reading of nature that underlies the elaboration and implementation of public policies in Latin America reflects, to a large extent, the Western world view of the split between humans and non-humans, resulting from a long process of colonization that, historically, has been regulating practices of biodiversity conservation, including in Brazil. In this context, in order to think about inclusive, democratic and collaborative paths for the conservation of biodiversity and the cultural values associated with it, this article aims to analyze the potential and obstacles to building partnerships between public management and communities' locations in protected areas, in order to strengthen Community-Based Leisure (LBC), in the Tourist Regions of Costa do Sol (RJ) and Litoral do Paraná (PR). The qualitative research was based on a bibliographical and documentary survey and direct observation in the regions studied between 2019 and 2022, complemented by informal conversations with community leaders and regional public management actors, recorded in a field notebook. The analysis of the results obtained was carried out through the construction of a synthesis matrix on the arrangements associated with community leisure initiatives in these regions. The immersion in the material obtained allowed us to identify that the main local arrangements for the LBC are directed to visiting the natural and cultural heritage; the organization of cultural and sacred festivities; gastronomic production and handicrafts; and the promotion of sports and adventure activities. The challenges for incorporating these actions into the management of the protected areas involve the decoding of different worldviews and the meanings of nature and culture, in addition to the need to recognize the historical processes of community organization in the regions studied. The potential involves the construction of local partnerships linked to the strengthening of ties between the different social actors and the recognition of existing initiatives in the territory, without silencing social conflicts, power disputes, and local ways of organizing work and time.

KEYWORDS: Community-Based Leisure; Local Arrangements; Protected Areas; Rio de Janeiro; Paraná.

Introdução

A leitura colonial de natureza como “recurso” para alimentar a engrenagem capitalista vem se refletindo na construção da noção de lazer e, na implementação de políticas públicas na América Latina com esse objetivo. Nesse sentido, o paradigma contemporâneo de proteção da natureza está na origem de conflitos recorrentes entre a gestão pública e as populações tradicionais latino-americanas, no contexto das áreas protegidas (APs), excluídas, em grande medida, do processo de formulação e implementação das políticas de conservação da biodiversidade, conforme já amplamente discutido na literatura sobre o tema (BENSUSAN, 2006; DIEGUES, 2008; ACOSTA, 2016; IRVING, 2019).

Assim, a perspectiva de cisão entre sociedade e natureza que está no cerne das políticas públicas, decorre de uma construção sócio-histórica, articulada ao contexto geopolítico de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2013), no qual o desenvolvimento econômico do Norte Global vem sendo subsidiado pela expansão das fronteiras extrativistas no Sul Global (GUDYNAS, 2019). Assim, a intensa e histórica exploração da vasta diversidade de biomas nesses territórios vem

resultando em impactos significativos à megadiversidade biológica e às populações que dela dependem para a sua sobrevivência, sobretudo no caso brasileiro.

A perspectiva colonialista de mundo associada à exploração e ao “consumo” da natureza vem se consolidando historicamente, nos territórios latino-americanos, tanto por meio da lógica de propriedade privada, como pelo movimento da produção tecnológica, a exemplo da Revolução Verde, que emergiu associada à produção de alimentos, ampliando a noção de dominação e manipulação da sociedade sobre a natureza (MARÉS, 2017). Vale notar que essa dinâmica vem se fortalecendo com a globalização, a partir do avanço da implementação de políticas neoliberais que incentivam a expansão das corporações privadas multinacionais na América Latina, com base no denominado neoextrativismo (SVAMPA, 2019).

No entanto, o gradativo reconhecimento, a partir da metade do século XX, de que, na “luta” contra a natureza, a sobrevivência da humanidade está em risco, vem inspirando novas vias teóricas e intervenções práticas, na tentativa de conter as múltiplas crises ambientais, sociais e econômicas (MARÉS, 2017). Nesse cenário de crise civilizatória, dispositivos internacionais de políticas públicas - como a *Convenção sobre Diversidade Biológica* (CDB) (ONU, 1992) passaram a reafirmar a importância do reconhecimento da sociobiodiversidade como um processo resultante “dos conhecimentos e práticas realizados nos territórios onde os grupos tradicionais produzem também seu modo de vida” (DIEGUES, 2019, p.123). A título de ilustração, em recente estudo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2021) reconheceu as populações tradicionais, sobretudo, os povos indígenas, como os mais importantes guardiões das florestas tropicais na América Latina, desempenhando importante papel no combate à aceleração das mudanças climáticas e, na salvaguarda de sementes que podem garantir a segurança alimentar às gerações futuras.

Portanto, não se pode negligenciar que a falsa dicotomia entre natureza e cultura que se reflete nas narrativas de políticas públicas, no caso brasileiro, difundidas sobretudo nos contextos urbano-industriais, vem produzindo efeitos críticos nos modos de vida e nos comportamentos da própria sociedade. Nesse contexto, tem sido crescente a busca por territórios conservados, em especial associados às APs, para práticas de contemplação, recreação e para o *religare* espiritual com a própria natureza. Assim, o *modus operandi* da sociedade vem afetando, também, as escolhas para usufruto do tempo livre. Nesse sentido, Bruhns (2009) discute que o discurso sobre o prazer, o divertimento, assim como a exaltação do bem-estar, está usualmente associado às práticas de lazer na natureza, muitas vezes com um tipo de apelo que traduz o hedonismo contemporâneo.

No caso do Brasil, em particular, a busca pela conexão com a natureza no usufruto do tempo livre ocorre, em grande medida, em associação à experiência na zona costeira caracterizada por uma elevada diversidade biológica e paisagística, historicamente habitada por pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, marisqueiras e inúmeros outros grupos tradicionais. Apesar de inúmeras APs terem sido criadas nesses territórios, Diegues (2019) considera ser a ação comunitária com esse objetivo, a principal responsável pela conservação dos ecossistemas litorâneos, o que tende a desmistificar as narrativas de cunho preservacionista que vêm orientando as políticas públicas dirigidas à proteção da natureza, no caso brasileiro.

Com base nesses antecedentes teóricos, a reflexão no presente artigo incide sobre duas regiões turísticas do país, no litoral fluminense e paranaense, ambas caracterizadas pela existência de diversas APs e territórios tradicionais, com intensos fluxos de visitação, portanto, laboratórios vivos para a análise proposta. Nesses territórios, se pretende discutir a dinâmica do *Lazer de Base Comunitária (LBC)* e os arranjos colaborativos para o desenvolvimento das iniciativas locais, como contraponto à perspectiva hegemônica de uso recreativo das áreas protegidas.

Sobre esse aspecto, ao desenvolver estudos associados às estratégias colaborativas para o lazer em APs, Cohen (2008) enfatiza a importância da participação ativa das comunidades locais, assim como de outros atores de diferentes instâncias da sociedade para que o processo possa se efetivar em novas bases. Assim, compreender como estas alianças são constituídas e os desafios envolvidos para tal, parece ser de suma importância para o avanço de estudos engajados sobre o tema. Com essa perspectiva, que lições podem ser aprendidas a partir das iniciativas de lazer que têm, em seu cerne, o engajamento ativo das comunidades locais, na articulação com as APs?

A partir dessa questão, o objetivo do artigo é analisar, criticamente, as potencialidades e os principais obstáculos para a construção de parcerias entre a gestão pública e as comunidades locais, em associação às APs, no sentido do fortalecimento do *LBC*, nas Regiões Turísticas da Costa do Sol (RJ) e Litoral do Paraná (PR), ambas associadas ao bioma da Mata Atlântica.

Para alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico se fundamentou, inicialmente, na busca de aportes teóricos da crítica decolonial latino-americana (QUIJANO 2000; CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL 2007; WALSH, 2009). Para esse exercício, a pesquisa bibliográfica foi realizada por meio das bases de dados acadêmicos *Portal Periódicos Capes e Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Em cada um desses buscadores, foram pesquisadas as terminologias chaves “lazer”, “comunidades”, “áreas protegidas” e “parcerias”. Essas expressões foram inseridas, individualmente e em combinação, nos idiomas português e espanhol. Para a sistematização das informações foi utilizado o *software* alemão de gerenciamento e análise de dados qualitativos, *ATLAS.ti* (Versão 9.1.7).

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, foi desenvolvida também pesquisa documental, considerando as principais referências de políticas públicas de proteção da natureza, como o próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000; 2002) e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (BRASIL, 2006). Também foram analisados documentos que orientam o planejamento e a gestão nas regiões pesquisadas, como os Planos de Manejo e as atas das reuniões dos Conselhos Consultivos e das Câmaras Temáticas das UCs locais, ocorridas entre 2019 e 2022, além de Planos Municipais da Mata Atlântica e Planos de Comitês de Bacias Hidrográficas. Assim, foi realizado levantamento do arcabouço legal relevante e das informações disponíveis nas páginas oficiais das organizações locais que atuam junto a essas iniciativas, disponibilizados em ambiente web.

Em um segundo momento, a pesquisa se apoiou na observação direta, por meio de visitas técnicas às Regiões Turísticas da Costa do Sol e Litoral do Paraná, realizadas entre 2019 e 2022, complementadas por conversas informais com lideranças comunitárias de pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas, além de atores da gestão pública regional, como gestores de UCs e representantes de

secretarias municipais de meio ambiente e cultura, mas também representantes de instâncias de governança de turismo, registradas em caderno de campo. A aproximação com os atores locais foi central para o levantamento das iniciativas em curso e para a caracterização da sua dinâmica de funcionamento. Os dados obtidos foram sistematizados por meio de uma matriz-síntese para análise.

Com base nesse escopo, este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção sintetiza o balizamento teórico-conceitual sobre o lazer pela perspectiva colonial e segundo a lógica do mercado em APs, e a segunda, sobre o *LBC*, como contraponto à leitura convencional sobre o tema. A terceira seção busca introduzir o contexto socioeconômico e de conservação da biodiversidade nas Regiões Turísticas da Costa do Sol e Litoral do Paraná. Na quarta seção são discutidas as principais potencialidades e os desafios relacionados à construção de parcerias entre comunidades locais e gestão pública das UCs. As considerações finais sintetizam as reflexões decorrentes dessa análise.

A quem interessa o lazer massificado em APs? Questionando o *modus operandi* como ponto de partida

No contexto brasileiro de políticas públicas relacionadas à proteção da natureza, o SNUC (BRASIL, 2000; 2022), principal dispositivo legal com esse enfoque, prevê o uso público de UCs, em articulação aos demais objetivos das APs, regulamentando a implementação de iniciativas de lazer e turismo, pesquisa, educação e interpretação ambiental em algumas categorias de manejo. Por conseguinte, para viabilizar o uso público em UCs, se advoga a construção de parcerias em apoio às ações de conservação da biodiversidade e prestação de serviços de visitação local, dentre outras possibilidades.

Embora a formalização das parcerias possa ocorrer por meio de diferentes instrumentos jurídicos, o atual modelo de gestão de UCs vem priorizando arranjos institucionais associados a investimentos onerosos e contratos de longo prazo, como as concessões de uso privativo do bem público (FONSECA; SCALCO; ARAUJO, 2022), privilegiando uma visão de mundo ocidental, baseada em valores neoliberais, próprios do sistema capitalista global. Vale notar, entretanto, que as parcerias podem ser complementares, mas não substitutivas ao papel do Estado. Esse parece um ponto importante de reflexão a ser enfatizado, tendo em vista que a participação privada na gestão do patrimônio ambiental resulta, não raro, de argumentos associados à dificuldade da administração pública para o enfrentamento aos problemas estruturais e históricos de escassez dos recursos financeiros e humanos (OPAP, 2020).

Nessa dinâmica, os passivos sociais decorrentes do processo de implementação das UCs vêm se consolidando de um extenso histórico de conflitos e de aversão às APs, em diferentes contextos territoriais. Isso porque, o compromisso de participação social na conservação da biodiversidade e de construção de canais dialógicos e laços de confiança entre o órgão gestor e as comunidades do entorno vem sendo desconsiderado, acarretando, frequentemente, a centralização das decisões, conforme discutido por muitos autores, como Irving, Corrêa e Zarattini (2013), entre outros.

Diante dessa dinâmica, o uso público e a apropriação social das áreas naturais protegidas, em suas diversas possibilidades de vivências espirituais,

culturais e pedagógicas, vêm sendo discutidos como vias potenciais para a conservação da biodiversidade, mas, também, para a sensibilização da sociedade para o sentido de pertencimento à natureza (VALLEJO, 2015; IRVING, 2019; NASRI *et al.*, 2021). Por outro lado, tem sido recorrente, no processo, a disputa de narrativas e tentativas reiteradas de cooptação e desvio dos significados de “público” (RODRIGUES; IRVING, 2015), visando transformar a visitação e o lazer em UCs em mais um segmento de mercado, segundo um viés de economia da conservação.

Essa prática tende a distanciar a percepção dessas áreas de seu valor como “bem comum”, no sentido de inseri-las na lógica de precificação, para comercialização do seu uso, em conexão com os valores capitalistas segundo a “espetacularização” da natureza, visando atender aos imaginários e desejos de consumo, principalmente, da população de classe média/alta urbana, em períodos sazonais que tem no tempo livre dos feriados e férias a “alta temporada” (RAIMUNDO, 2019).

Desde uma perspectiva predominantemente mercadológica, o lazer e turismo em APs, principalmente naquelas que se destacam por sua beleza cênica e paisagens que abrigam, vêm sendo priorizados como práticas de uso público, em detrimento de outras possibilidades com esse objetivo, como pesquisas acadêmicas, educação ambiental, práticas religiosas e de convivialidade e interações sociais cotidianas, que se tornam, não raro, periféricas no contexto da gestão de UCs. Assim, para além da simplificação do significado de uso público, o *modus operandi* capitalista com esse direcionamento está na origem de inúmeras tensões, que se materializam como conflitos entre os interesses dirigidos à conservação da biodiversidade e aqueles vinculados às estratégias de uso e apropriação dessas áreas pela sociedade, embora ambos sejam considerados como objetivos das UCs em políticas públicas.

Isso ocorre, justamente, pela maneira massificada que tem orientado o lazer e turismo, sobretudo em APs litorâneas, foco dessas práticas, por suas fisionomias paisagísticas e atributos naturais. Também por essa razão, no contexto das APs, cada vez mais, as parcerias entre a esfera pública e a iniciativa privada vêm sendo incentivadas pelas diferentes instâncias de governo, visando formalizar a participação desta última na gestão do uso público. Assim, embora diferentes parcerias e arranjos institucionais, como acordos de concessão, permissão, autorização, entre outras alternativas, com ou sem fins lucrativos, sejam possíveis e desejáveis com inúmeros objetivos, nos últimos anos, o foco da gestão vem sendo direcionado à concessão de serviços de lazer e turismo, com o engajamento da iniciativa privada, no caso das APs (OPAP, 2020).

A tendência crescente de participação da iniciativa privada no desenvolvimento do uso público em APs, com ênfase nas iniciativas de lazer e turismo, é ilustrada por meio de programas como “Adote um Parque” (Decreto Federal nº 10.623/2021), cuja proposta inicial envolvia a “adoção” de UCs Federais, incluindo nesse universo, também - apesar do título sugestivo “parques” - a categoria “reservas extrativistas” (CAMPOS, 2021), considerando a parceria de pessoas físicas e jurídicas privadas (nacionais e estrangeiras), que pudesse se traduzir em bens e serviços a essas áreas, celebrada em “Termos de Adoção”¹.

Na leitura de Cruz (2022), uma outra via que ilustra essa tendência de políticas públicas para o lazer e o turismo pelo viés do mercado, envolvendo, nesse caso, especialmente as APs litorâneas (incluindo UCs, territórios tradicionais,

parques urbanos etc.), se traduz pela proposta “Cancúns Brasileiras” do atual governo federal. Esta envolve projetos pilotos na região costeira brasileira que tendem a dirigir o processo, nas palavras da própria autora, a um movimento de “*privatização e de elitização de lugares antes devotados ao uso público*” (CRUZ, 2022, p. 19). Esse cenário tende a contribuir para a valorização comercial do solo, a especulação imobiliária, os processos de gentrificação, além de resultar em incentivos ao turismo de massa e aos fluxos excessivos de veraneio e, sobretudo, em exclusão social e invisibilização das comunidades locais. Além disso, a espetacularização desses ambientes pela via do mercado reforça o sentido de cisão entre sociedade e natureza, privilegiando a difusão de uma perspectiva colonialista nesses territórios, desvalorizando a importância das culturas locais.

Considerando os impactos e riscos que a visão colonialista de mundo associada à implementação de UCs de uso restritivo e ao fomento ao lazer e turismo de massa² vêm gerando, em perspectiva local, Ferreira (2022) destaca a importância da produção de conhecimento gerada pelos grupos sociais. Tendo em vista, ainda, a importância de se considerar outras visões de mundo conectadas à leitura das APs como “bens de uso comum”, apoiadas pelo sentido de indissociabilidade entre natureza e cultura, em um horizonte prospectivo em políticas públicas, se defende, neste artigo, uma nova via interpretativa para o lazer associado às APs, baseado em uma perspectiva inclusiva e plural, e engajada no compromisso de valorização da cultura e participação efetiva dos atores locais no processo. Com esse direcionamento, a seguir, se argumenta em favor do *LBC* como uma outra proposta de abordagem sobre o tema.

Que outros caminhos projetar? O Lazer de Base Comunitária (LBC) como eixo orientador para o debate

À luz dos argumentos apresentados, parece possível afirmar que a superação da crise civilizatória e o resgate de valores éticos da humanidade, não poderá ocorrer a partir de dispositivos decorrentes da racionalidade econômica, como bem discutido pelo sociólogo mexicano Enrique Leff (2020). Com essa perspectiva, o autor considera ser a América Latina o epicentro de iniciativas que ilustram a capacidade de reinventar, com criatividade, os modos de viver coletivamente, visto que, historicamente, as populações tradicionais latino-americanas têm enfrentado conflitos de toda ordem, resistindo às diversas investidas do sistema econômico em territórios ancestrais. A expansão das fronteiras do agronegócio; a extração de petróleo e madeira; a mineração; a especulação imobiliária; a sobreposição de UCs de Proteção Integral³ com territórios tradicionais; além da implementação de projetos desenvolvimentistas envolvendo a construção de hidrelétricas e rodovias que atravessam essas áreas, ilustram o contexto dessa arena pulsante e conflitiva.

Por todas essas razões, e considerando a indissociabilidade com a natureza que sustenta os modos de vida de grande parte das populações tradicionais latino-americanas, estas são, para Leff (2020) e outros autores como Ferdinand (2022), a esperança do mundo, considerando a condição do Estado, em grande medida, como refém do capital. Com essa inspiração, vale reconhecer que, entre as práticas coletivas capazes de gerar questionamentos sobre o *modus operandi* na relação com a natureza, a fruição lúdica das experiências no lugar e com o outro, por meio do lazer, representa uma real potência, uma vez que possibilita espaços e oportunidades de encontros dialógicos e experimentais entre os atores sociais

locais, no sentido da vivência coletiva e da própria reflexão sobre a vida em comunidade.

Por isso, o usual significado hegemônico do lazer como prática marginal da vida em sociedade, subjugada ao tempo do trabalho remunerado e como contrapartida às rotinas exaustivas, resultantes de longas jornadas de produção, precisa ser questionado no caso latino-americano. Isso porque, muitos povos e comunidades tradicionais da América Latina não separam, de maneira instrumental, as dimensões do trabalho e do tempo livre (GOMES, 2014). Desse modo, em grupos nos quais o modelo de produção e consumo não está diretamente submetido à lógica do capitalismo, os aspectos lúdicos, espontâneos, criativos e hedônicos, em geral, associados ao lazer, podem integrar as relações de trabalho, que não estão, obrigatoriamente, dissociadas das demais dimensões da existência cotidiana, como aquelas referentes à fruição da cultura, à vivência espiritual e sacra, à experimentação dos jogos e brincadeiras, cantos e danças, à convivialidade e ao aprendizado individual e coletivo (AROSTEGUY, 2018).

Assim, a partir do reconhecimento da organização das práticas comunitárias nos diversos territórios da América Latina, é possível entender o lazer como uma necessidade humana e uma possibilidade de interação social no cotidiano (GOMES, 2014). Considerado uma expressão da cultura, o lazer representa, portanto, um espaço-tempo de vivência, experimentação e reedição social dos símbolos, representações, cultos, ritos e mitos que criam um sentido de identidade partilhada entre as comunidades e, também por essa razão, constitui uma importante dimensão da vida humana (GOMES; ELIZALDE, 2012).

Cabe enfatizar que, apesar de sua importância para esses grupos que o vivenciam no cotidiano, o significado do lazer pode ser ambíguo e contraditório, sobretudo quando capturado pelas forças dominantes do mercado, visando responder aos interesses hegemônicos, no contexto de uma sociedade capitalista e neoliberal. Essa tendência se expressa pela criação de um “lazer simulacro”, que se efetiva pela via da mercantilização da cultura e da natureza, decodificadas para serem “consumidas”, por meio de espetáculos recreativos, sobretudo, pelas classes média e alta urbanas em finais de semana, feriados e férias (RAIMUNDO, 2019). Nessa direção, um apelo ao consumo das experiências vinculadas ao imaginário de descanso e entretenimento que leva, em alguns casos, à própria saturação de certos “destinos turísticos”, considerados como “bolhas” distantes e distorcidas da realidade.

Tais práticas, em geral, orientam-se por um sentido do entretenimento momentâneo e de curto prazo, com o objetivo de alienação. Além disso, a promoção desse tipo de lazer está na base de processos de exclusão social, por meio de uma inserção apenas seletiva das comunidades locais nessa dinâmica que, em geral, ocupam postos de trabalho precários e temporários. Nesse contexto, parece possível afirmar que *“o lazer pode tanto expressar formas de reforçar as desigualdades, injustiças, alienações e opressões sociais, como representar uma possibilidade de liberdade e dignificação da condição humana”* (GOMES; ELIZALDE, 2012, p.128-129).

Essa compreensão reforça a necessidade de sistematização e reafirmação de práticas alternativas de lazer na América Latina e, em especial no Brasil, apesar do fato de que as festas, as celebrações, os jogos, as expressões corporais e artísticas, as experiências de sociabilidade, conforme advertido por Gomes (2014), nem

sempre estão enquadrados em um termo específico ou análogo à *leisure* (origem inglesa) ou *loisir* (origem francesa), usualmente cunhados na literatura especializada internacional para orientar o debate sobre a temática em foco.

Também por essa razão, se defende o *Lazer de Base Comunitária*, uma proposta conceitual e metodológica ainda em construção, como uma via possível para reorientar o debate sobre o uso público em APs, em contraponto à leitura hegemônica sobre o tema que incide, em grande medida, ao lazer massivo por um lado, e à restrição total de uso, por outro.

Tendo esses antecedentes como inspiração, pode-se compreender ser o *Lazer de Base Comunitária* um conjunto de experiências e vivências plurais, no cotidiano dos grupos humanos, na conexão com a natureza, com a cultura local e com o outro, orientados pelo sentido de pertencimento e convivialidade. Essa leitura inspira a concepção teórica sobre o tema que orienta a pesquisa, em um exercício de descolonização desse campo de estudos.

Nesse caso, no plano operacional, um importante desafio tende a ser a identificação e a decodificação dos arranjos locais para a implementação do *Lazer de Base Comunitária* em áreas protegidas, considerando ainda a arquitetura das parcerias para a sua efetivação. Com esse objetivo busca-se, a seguir, interpretar como tais iniciativas vêm se desenvolvendo nas Regiões Turísticas da Costa do Sol e Litoral do Paraná, considerados como “laboratórios vivos” na presente pesquisa.

As Regiões Turísticas da Costa do Sol e Litoral do Paraná como “Laboratórios Vivos” de Análise

Sob influência das políticas públicas nacionais, em especial, do *Programa de Regionalização do Turismo* (PRT) (BRASIL, 2004)⁴, a Região Turística da Costa do Sol é considerada como uma das principais indutoras do turismo de “Sol e Praia” e uma das mais visitadas no contexto fluminense. E, embora historicamente, a Costa do Sol tenha se consolidado por diferentes configurações administrativas, incorpora, atualmente, 13 dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro (SETUR, 2017).

A região, caracteriza-se por um perfil socioeconômico diversificado. Nela ocorre um conjunto de atividades tradicionais locais, como a pesca, coleta de mariscos e extração de sal, mas, também, inúmeros investimentos, associados às atividades de extração de petróleo e gás que tiveram seu “boom” com a descoberta do pré-sal, sobretudo em Macaé e Maricá (LA ROVERE; IRVING; LIMA, 2015), com efeitos evidentes nos municípios adjacentes, como Rio das Ostras, considerado “município dormitório”, onde vem se observando um grande crescimento demográfico, em um curto período (IBGE, 2010).

No entanto, é importante reconhecer que o turismo promovido na região, com base na noção convencional de lazer balneário, envolvendo atividades náuticas de mergulho, *stand up*, *windsurf*, *kitesurf* e passeios de barco, representa o principal vetor do desenvolvimento econômico regional, com inúmeras opções de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos disponíveis para assegurar essas práticas. Armação dos Búzios, ícone para o turismo de “Sol e Praia” na região, concentra, aproximadamente, 10% de todo o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil (IOT, 2018).

Assim, o turismo predominante na região se baseia em fluxos massivos e sazonais de visitantes, representando um sério risco para a integridade dos ecossistemas regionais associados às paisagens da zona costeira, envolvendo praias, lagoas, lagunas, ilhas, grutas, fendas, pontais, costões rochosos e dunas, protegidos por 40 UCs de Proteção Integral e Uso Sustentável (MMA, 2022). Nesse contexto, o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), criado em 2011, é emblemático por abrigar áreas de seis⁵ dos 13 municípios da região, mas também por dispor de conselho consultivo atuante, sendo essa uma das principais instâncias regionais de participação social, sobretudo porque envolve uma multiplicidade de atores sociais com interesses conflitantes, incluindo organizações da sociedade civil, comunidade quilombola, instituições de ensino superior, empresas privadas, entre outras entidades interessadas.

Em parte, as APs da região estão sobrepostas a territórios tradicionais de pescadores artesanais, populações caiçaras, marisqueiras e 11 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2022). Apesar de abrigar inúmeros bens naturais e culturais, essas áreas enfrentam desafios no sentido de ordenamento das práticas de lazer e turismo de massa, a exemplo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Resex-Mar AC) (BRASIL, 1997), identificada em 2019 como a 1ª Resex e a 5ª UC mais visitada do Brasil⁶, considerada rota migratória de espécies como baleias, golfinhos e tartarugas e, portanto, foco de observação turística da fauna marinha (BRASIL, 2020).

Por sua vez, a Região Turística Litoral do Paraná foi constituída em 2004, sob forte influência também do movimento nacional de regionalização do turismo, integrando sete municípios costeiros do estado. A região tem como principal destino indutor o município de Paranaguá, onde está situada a Ilha do Mel, um importante foco de visitação que, em conjunto com o passeio de trem entre as cidades de Curitiba e Morretes, é considerado um dos principais atrativos turísticos do Paraná. O lazer e turismo praticados nos municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba estão direcionados, em grande medida, à visitação às ilhas e ao lazer no Complexo Estuarino de Paranaguá, para a prática de atividades náuticas, esportes aquáticos, pesca esportiva e passeios em embarcações. No município de Antonina são praticadas atividades de ecoturismo, turismo gastronômico e turismo de aventura. Já na porção sul, os balneários de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba são amplamente utilizados por veranistas, sobretudo em períodos de recessos e férias escolares, o que corrobora para elevados fluxos de população flutuante, concentrados em algumas épocas do ano.

No litoral paranaense, existem 44 Unidades de Conservação, as quais recobrem uma superfície equivalente a 83% dos municípios litorâneos do Paraná (DE PAULA; PIGOSSO; WROBLEWSKI, 2018). A região, em conjunto com a porção sul do estado de São Paulo e norte de Santa Catarina envolve uma área de 2,2 milhões de hectares e vem sendo denominada por Organizações Não Governamentais⁷, parceiros da sociedade civil, organizações públicas e do setor privado, como a “Grande Reserva Mata Atlântica” (GRMA), por representar a maior extensão de remanescentes contínuos de floresta atlântica, no Brasil. Portanto, a visitação às UCs constitui um real diferencial da região também para o lazer, como ilustrado pela Rota Caiçara de Cicloturismo, cujo traçado perpassa todos os municípios da região turística e inúmeras UCs⁸. Além da diversidade de possibilidades para o uso recreativo, essas APs abrigam rica biodiversidade e

dezenas de populações caiçaras, duas comunidades quilombolas, quatro aldeias indígenas e diversas comunidades rurais.

Para a promoção desse processo, aproximadamente dois anos após a criação da Região Turística Litoral do Paraná, foi fundada, em 2006, a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR-LITORAL), entidade sem fins lucrativos e que tem como missão: “promover e apoiar o Turismo Responsável, desenvolvendo ações sustentáveis que elevem o associativismo e a competitividade do destino turístico”⁹. Como consequência da atuação integrada entre a instância regional do turismo e a rede colaborativa da GRMA¹⁰, que tem por objetivo tornar a Grande Reserva Mata Atlântica um destino turístico pautado na conservação da biodiversidade e, na valorização cultural e histórica, diversas estratégias colaborativas vêm sendo construídas para valorizar propostas de turismo e lazer que possam colocar em evidência os atributos naturais e culturais da região¹¹.

Assim, as duas Regiões Turísticas estudadas estão apresentadas, esquematicamente na Figura 1, a seguir.

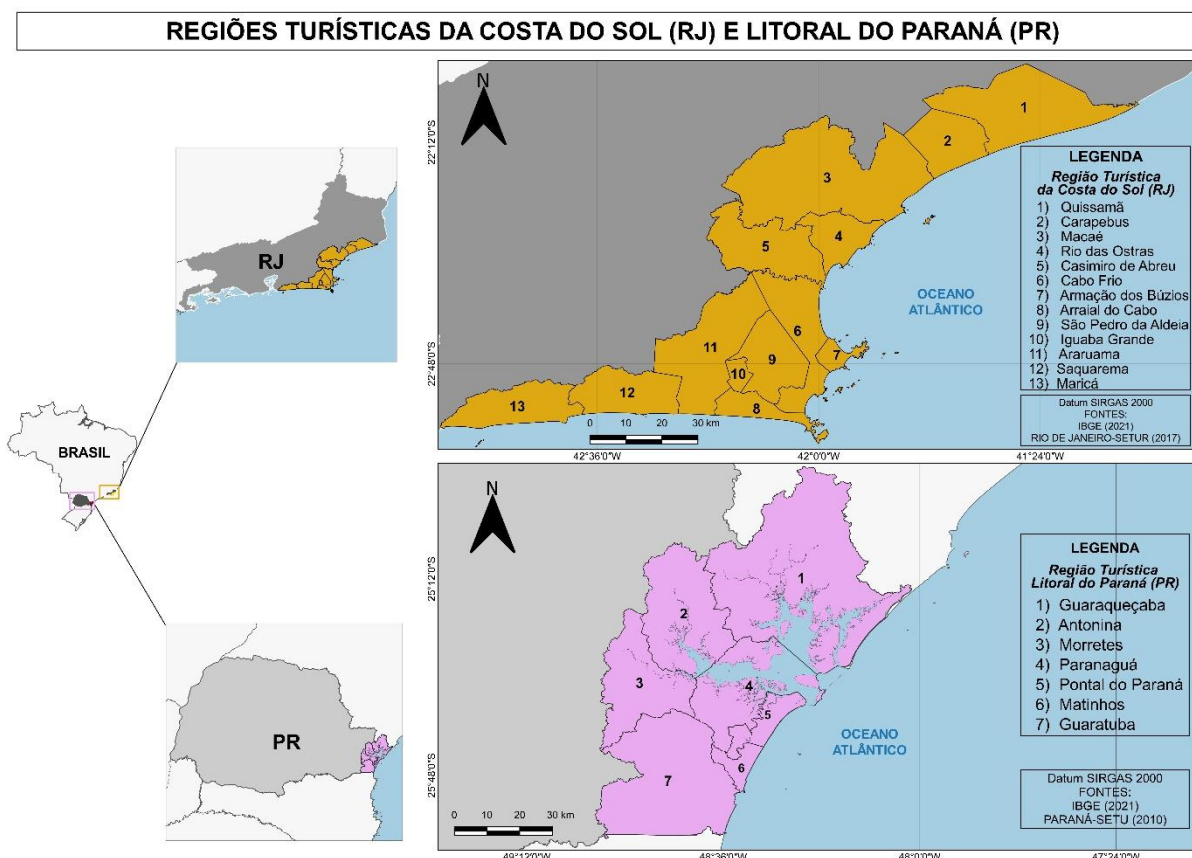


Figura 1: Municípios das Regiões Turísticas da Costa do Sol e Litoral do Paraná.
Figure 1: Municipalities of the Tourist Regions of Costa do Sol and Litoral do Paraná.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022) e Vikou (2022)¹².

Source: Elaborated by the authors (2022) and Vikou (2022).

Com base nessa breve caracterização das Regiões Turísticas da Costa do Sol e Litoral do Paraná, para subsidiar a análise pretendida neste artigo, a seguir são apresentados os resultados obtidos na pesquisa, envolvendo práticas culturais de lazer em UCs e áreas de entorno. Os arranjos locais mapeados são liderados por

comunidades das duas regiões e envolvem múltiplos atores sociais, por meio da construção de alianças colaborativas para o fortalecimento das iniciativas de *Lazer de Base Comunitária*.

Arranjos Locais para o *Lazer de Base Comunitária* nas Regiões Turísticas da Costa do Sol e do Litoral Paranaense

Com base no referencial teórico discutido nas seções anteriores, parece possível afirmar que o litoral brasileiro, protegido por diferentes categorias de UCs, vem sendo interpretado pela iniciativa privada (em grande medida com apoio do Estado) como uma oportunidade ímpar para o mercado. Essa tendência, tende a gerar um cenário cada vez mais excludente, sobretudo, no tocante às práticas de lazer, foco deste artigo. No contrafluxo desse processo, a articulação comunitária com outros atores sociais estratégicos vem representando uma alternativa potente para a construção de parcerias mais conectadas aos valores inclusivos e coletivos, no contexto dos próprios territórios.

Para contribuir para essa discussão, o Quadro 1 (próximas páginas), a seguir, sistematiza algumas iniciativas levantadas nas duas regiões pesquisadas, para inspirar uma ilustração sobre desafios e potencialidades envolvidos nesse processo.

A leitura do Quadro 1 possibilita a identificação de alguns dos temas focais dos arranjos locais, com participação direta das comunidades, para a organização do lazer associado às UCs, nas duas regiões turísticas. Nesse sentido, merecem destaque a visitação a patrimônios naturais e culturais; a organização de festividades culturais e sacras; a produção gastronômica e de artesanatos; e a promoção de práticas desportivas e de aventura.

Um ponto de convergência entre essas iniciativas, em ambas as regiões, é que essas propostas buscam fortalecer a organização e a reprodução sociocultural local, considerando como elementos centrais, os saberes e as práticas ancestrais das comunidades envolvidas, para a pactuação dos múltiplos arranjos em construção nesses territórios. Nesse sentido, as experiências mapeadas parecem estar sintonizadas às dinâmicas locais, considerando a importância das atividades tradicionais cotidianas (como a pesca, coleta de mariscos etc.), o que se traduz também como um caminho fundamental para o encontro entre visitantes e anfitriões, bem como para o reconhecimento e a visibilidade dos modos de vida locais em sua articulação com a natureza.

Outro aspecto comum entre os dois casos estudados, refere-se à diversidade de atores sociais envolvidos na implementação dessas iniciativas, em parceria com as comunidades locais. Nesse sentido, merecem destaque os órgãos públicos das diferentes instâncias de governo; as empresas privadas vinculadas à oferta de serviços de alimentação e hospedagem na região; as instituições de ensino superior que desenvolvem projetos de pesquisa e/ou extensão nesses territórios; além do terceiro setor, representado, principalmente, pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), cuja atuação está direcionada, em grande parte, à consultoria e à implementação de projetos vinculados à editais de fomento.

Quadro 1. Matriz-síntese sobre arranjos locais para a organização comunitária do lazer, nas Regiões Turísticas da Costa do Sol e Litoral do Paraná.
Frame 1: Synthesis matrix on local arrangements for the community organization of leisure, in the Tourist Regions of Costa do Sol and Litoral do Paraná.

REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA DO SOL (RJ)			
Iniciativa	Atores sociais que integram arranjos locais em UCs	Características	UCs e/ou entorno abrangidos
Rota Cultural Afro Buziana	Quilombo da Rasa, Fundação Darcy Ribeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e Paideia (consultoria pedagógica).	Visitação, gastronomia, produção de artesanato	Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), Área de Proteção Ambiental (APA) do Pau Brasil.
Roteiro Étnico Ecológico	Quilombo de Baía Formosa e Serviço Social do Comércio (Sesc/RJ).	Visitação, gastronomia	PECS, APA do Pau Brasil.
Raízes de Búzios	Quilombo da Rasa, Associação de Mulheres Caiçaras de Búzios, Coletivo de Bonecas Negras, Fundação Darcy Ribeiro, UENF, Paideia (consultoria pedagógica) e meios de hospedagem da região.	Festividade cultural, gastronomia, produção de artesanato	PECS, APA do Pau Brasil.
Projeto Guardiões das Tradições Pesqueiras	Quilombo da Rasa, Associação de Mulheres Caiçaras de Búzios, Coletivo de Bonecas Negras, Fundação Darcy Ribeiro, UENF e Paideia (consultoria pedagógica).	Visitação, gastronomia, produção de artesanato	PECS, APA do Pau Brasil.
Oficinas de capacitação em Culinária de Frutos do Mar e de Pesca Artesanal	Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo e Ministério Público Federal (MPF/RJ).	Gastronomia	PECS, RESEX de Arraial do Cabo.
Produção de Biojoias de conchas, cascas do mexilhão e madrepérolas	Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artesanato da Prainha (MUPAAP) Sol, Salga e Arte (Arraial do Cabo) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).	Produção de artesanato	PECS.
Circuito dos Mestres Sabedores da Cultura Popular	Diversos pescadores artesanais, maricultores, rezadeiras e rendeiras da região, Universidade de São Paulo (USP), IFRJ, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).	Visitação, gastronomia, produção de artesanato	PECS, RESEX de Arraial do Cabo.

Continua...

...continuação.

Iniciativa	Atores sociais que integram arranjos locais em UCs	Características	UCs e/ou entorno abrangidos
Circuito de pesca artesanal - Pescando Tradições e Compartilhando Saberes	Associação de Pescadores da Praia da Pitória - APAAPP (São Pedro de Aldeia), Associação dos pescadores da Praia da Baleia (São Pedro de Aldeia), Associação dos Pescadores de Pesca de Correnteza (Cabo Frio), APESCARPEGIN (Arraial do Cabo) e APAMA (Arraial do Cabo).	Visitação, gastronomia	PECS, APA do Pau Brasil, APA da Massambaba, APA da Serra de Sapiatiba.
Festa de São Pedro (padroeiro dos pescadores de Saquarema) e Procissão Marítima	Colônia dos Pescadores de Saquarema, e Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo vinculada à Prefeitura de Saquarema.	Festividade cultural e sacra, gastronomia, práticas desportivas	PECS, APA da Massambaba.
REGIÃO TURÍSTICA LITORAL PARANÁ (PR)			
Fandango caiçara ¹³	Grupos de fandango, associação de moradores, órgãos municipais de turismo e cultura, instituições de ensino superior, IPHAN, empresas de alimentação e de meios de hospedagem, e diversos apoiadores.	Festividade cultural, reconhecimento do patrimônio imaterial	APA de Guaraqueçaba, Parque Nacional (PARNA) do Superagui, PE da Ilha do Mel.
Romaria do Divino Espírito Santo	Associação Mandicuera e famílias das comunidades das Ilhas de Guaraqueçaba.	Festividade cultural e sacra	APA de Guaraqueçaba, PARNA do Superagui.
Agrofloresta Nininho house	Família da comunidade da Ilha Rasa, barqueiros, agência de turismo local, Rede Anfitriões do Litoral, Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) e Adetur Litoral.	Visitação	APA de Guaraqueçaba.
Festa do Camarão Sete Barbas da Vila de Superagui ¹⁴	Associação de moradores, barqueiros e grupos musicais locais.	Festividade cultural, gastronomia	PARNA do Superagui.
Festa da pesca da Tainha Encantadas - Ilha do Mel	Associação dos nativos de Encantadas, Associação das Mulheres da Ilha do Mel (EMILIAS), Associação de Barqueiros das Baías do Litoral Norte do Estado do Paraná (ABALINE), Instituto Ilha do Mel de Turismo e Eventos e Comunidade Pesqueira.	Festividade cultural, gastronomia	PE Ilha do Mel.

Continua...

...continuação.

Iniciativa	Atores sociais que integram arranjos locais em UCs	Características	UCs e/ou entorno abrangidos
Festa da Tainha Ilha do Mel	Associação dos Nativos da Ilha do Mel (ANIMPO), empresas de alimentação e Prefeitura Municipal de Paranaguá.	Festividade cultural, gastronomia	PE Ilha do Mel.
Vale do Gigante	Dez empreendedores das comunidades locais, Prefeitura Municipal de Antonina, Instituto A Mudança Que Queremos (IAMUQUE) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).	Visitação, atividades de aventura	APA de Guaraqueçaba
Roteiro Caminhos da Tainha	Comunidade pesqueira da Ilha do Mel, Instituto de Água e Terras (IAT), Associação dos Nativos de Encantadas e Rede Anfitriões do Litoral.	Visitação	PE Ilha do Mel.
Roteiro Sabores e Saberes de Barbado, Dia caiçara na Ilha das Peças	Anfitriões das comunidades, pousadas locais, Rede Anfitriões do Litoral e Universidade Federal do Paraná (UFPR).	Visitação	PARNA do Superagui.
Roteiro Ostras e anfitriões de Guaraqueçaba, Visite a comunidade Pedra Chata e Siri do Costão	Anfitriões das comunidades, pousadas locais, Rede Anfitriões do Litoral e UFPR.	Visitação	APA de Guaraqueçaba.
Expedição Viagem de Canoa	Anfitrião nativo da Ilha das Peças e comunidades das ilhas.	Visitação	APA Guaraqueçaba.
Ararapira e arredores: Do Paraná até São Paulo	Comunidade Ararapira, Associação produtoras de cataia e Rede Anfitriões do Litoral.	Visitação	APA Guaraqueçaba e PARNA do Superagui.
Almoço e prosa com mestre canoeiro, Almoço vegetariano no sítio alvorada, Roteiro Cultural Caieiras, Trilha Caiçara da Ilha da Pescaria, De Olho no Guará e Seus Amigos, Mergulhando na Biodiversidade Marinha, Passeio de barco e Salto do Parati	Instituto Guaju ¹⁵ , Agência de Turismo Comunitário, UFPR, e moradores das comunidades de Caieiras, Parati e Cabaraquara.	Visitação	APA de Guaratuba.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Source: Elaborated by the authors (2022).

Apesar das convergências entre os dois casos estudados, podem ser também mencionadas algumas especificidades que os caracterizam. Com relação à Região da Costa do Sol, o PECS parece abrigar grande parte dos patrimônios naturais e culturais regionais e, nesse sentido, destaca-se por concentrar, em sua região de inserção, muitas iniciativas comunitárias de lazer. Isso ocorre, provavelmente, em função também de sua configuração multisetorial que divide os 9.790 ha desta UC em 43 fragmentos territoriais, nos seis municípios já mencionados (RIO DE JANEIRO, 2019). Além disso, a ocupação tradicional dessas áreas pelas comunidades da região, como pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas e marisqueiras, para o desenvolvimento de atividades ligadas à subsistência e à reprodução cultural, antecede a própria criação do parque. No entanto, a gestão do parque parece não avançar na construção de parcerias com essas comunidades.

Uma via, nesse sentido, poderia ser a formalização de parcerias entre a gestão do parque e as comunidades da região, para além dos arranjos institucionais informais já identificados na implementação dessas iniciativas locais, em uma perspectiva de integração entre as agendas de conservação da biodiversidade e salvaguarda da diversidade cultural regional. E, também, no sentido de fortalecimento das propostas de base local. Entretanto, a escolha de instrumentos de parceria adequados à realidade do território que não limitem a autonomia e o protagonismo comunitário, na autogestão das suas propostas, parece ainda se constituir em um importante desafio a ser enfrentado com esse objetivo.

Sobre esse aspecto, vale pontuar que já foi iniciado credenciamento de condutores de visitantes em áreas do PECS, exclusivamente para moradores do entorno, com curso de capacitação para o exercício da atividade. Contudo, parece ser importante avançar na elaboração de instrumentos que possam assegurar também o fortalecimento das ações comunitárias já em andamento, ao invés de serem priorizadas apenas novas propostas, evitando que as APs se transformem em “bolhas turísticas” para o “lazer simulacro”. Com esse direcionamento, um passo importante seria a valorização dos circuitos histórico-culturais organizados pelas comunidades tradicionais que apresentam pontos dessas áreas protegidas, a partir de narrativas situadas e contextualizadas à realidade da região.

Por sua vez, na Região Turística Litoral do Paraná, os arranjos locais para a promoção das festividades culturais, liderados, sobretudo, pelas comunidades caiçaras, embora ocorram nos limites e entorno de APs, em geral, não contam com a participação dos órgãos gestores das UCs. Provavelmente, pelo fato de que, embora o litoral do Paraná tenha 29% de seu território em UCs de Proteção Integral e 53% em UCs de Uso Sustentável, o grau de sua implementação é avaliado como predominantemente “baixo e muito baixo”, conforme discutido por Vedor de Paula, Pigozzo e Wroblewski (2018). Assim, um desafio a ser enfrentado para assegurar as parcerias para a consolidação do LBC se dirige ao reconhecimento dos conflitos históricos entre as comunidades tradicionais, os órgãos gestores das UCs e demais organizações da sociedade civil que atuam em algumas destas UCs, conforme discutido por Vedovello (2018), no contexto da APA de Guaraqueçaba¹⁶. Nesse sentido, são ainda pontuais os casos de gestão de UCs que desenvolvem estratégias colaborativas para o envolvimento das comunidades locais em práticas de lazer em suas áreas de inserção. Ainda assim, foi possível perceber a importância dos arranjos locais em torno das UCs estaduais, (com destaque para os casos da APA de Guaraqueçaba, APA de Guaratuba e PE Ilha do Mel), e das UCs federais que dispõem de *Plano de Manejo* (como o PARNA do Superagui).

Assim, para além das experiências comunitárias sistematizadas no Quadro 1, como o fandango, uma das mais importantes expressões tradicionais da cultura caiçara, foram também mapeadas pela pesquisa 30 outras experiências que poderiam ser caracterizadas como *LBC* na região. Há de se destacar que muitas destas iniciativas valorizam a cultura da pesca e oferecem oportunidades aos visitantes de conhecerem tanto as práticas sociais, como a culinária produzida na região, vinculada à cultura alimentar local, como já identificado por Cabral e Teixeira (2020) em trabalho anterior.

A pesquisa permitiu, ainda, observar que muitas destas iniciativas são realizadas via arranjos informais, constituídos de modo espontâneo por estratégias colaborativas intra e intercomunitárias. Vale mencionar também que, a partir de 2007, vem se delineando um movimento que envolve vários atores exógenos a essas comunidades, no sentido de apoiá-las na implementação das iniciativas locais, o que vem colaborando para a configuração de novos arranjos, em termos de parcerias para os projetos em curso. Nesse sentido, a Rede Anfitriões do Litoral agrega, atualmente, diversas iniciativas de *LBC* que já atuavam na região e que, com o apoio da UFPR, da ADETUR e da Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA), dentre outras instâncias locais, passaram a ampliar a divulgação das experiências de lazer e turismo local, aos potenciais visitantes.

Assim, arranjos locais nos dois casos descritos, vinculados às experiências práticas de organização do lazer, podem ser considerados como vias potenciais de resistência comunitária a uma visão hegemônica e homogeneizante, que vem orientando as políticas públicas com esse enfoque. Essas são protagonizadas por comunidades locais, em contraponto às atividades turísticas e recreativas de massa que ocorrem nos balneários das regiões estudadas, sob forte perspectiva mercadológica. Contudo, parece importante reconhecer que são ainda significativos os desafios para a consolidação e o fortalecimento desses arranjos locais como estratégias colaborativas para o lazer em APs. Esses estão relacionados, principalmente, à mobilização dos atores locais para a organização e implementação das iniciativas em curso e/ou projetadas, aos conflitos de interesses nas áreas das UCs e, à sazonalidade do fluxo de visitantes em ambas as regiões, atrelada ao turismo de “Sol e Praia”.

Cabe enfatizar ainda nessa reflexão, os possíveis riscos de geração de impactos negativos às comunidades envolvidas, em resposta às práticas dominantes de turismo e lazer em curso, como um sentido de competitividade exacerbada entre as populações anfitriãs e, a progressiva substituição das atividades tradicionais pela inserção dos atores locais em circuitos convencionais de visitação às APS nas duas regiões estudadas. Para fazer frente a essas questões seria importante que os anseios e demandas das comunidades locais fossem consideradas em planejamento turístico e de lazer desde o início do processo. Da mesma maneira, não se pode avançar em uma ação engajada para o *LBC* sem que seja enfrentada a precariedade da infraestrutura de apoio à visitação de APs.

Assim, há de se considerar que, para a ampliação das experiências de *LBC*, a partir da formalização de parcerias público-comunitárias, no sentido discutido por Botelho e Rodrigues (2016), seriam necessários investimentos em estruturas adequadas à operacionalização das atividades previstas e, sobretudo, na elaboração de instrumentos de planejamento eficazes, tendo em vista que, o *Plano de Manejo*,

principal documento orientador das ações em UCs, ainda não está disponível ou está obsoleto na maior parte das APs da Costa do Sol e Litoral do Paraná.

Diante dos argumentos discutidos, pode-se considerar ser o *LBC*, por meio da participação engajada dos atores locais e dos arranjos colaborativos associados, uma via possível e uma estratégia potente para a valorização das práticas culturais locais, para reorientar os valores éticos que fundamentam as ações de proteção da natureza e, consequentemente, para o processo inclusivo de visitação às APS nas duas regiões estudadas.

Considerações Finais

O *Lazer de Base Comunitária*, promovido por meio de arranjos colaborativos plurais, representa, por todas as razões discutidas, um caminho potente para o reconhecimento da cultura regional e a valorização dos atores locais na dinâmica turística associada às APs, nas regiões estudadas. Representa também uma via comunitária para o exercício ético-político, fundamental, principalmente, em regiões turísticas litorâneas do Brasil, que vêm enfrentando, cada vez mais, os efeitos perversos do turismo, apoiado em uma concepção de mundo colonialista e homogeneizante, baseada na cisão entre proteção da natureza e diversidade cultural e orientada pelos interesses do mercado.

Assim, na resistência e no contrafluxo das investidas colonialistas, capitalistas e neoliberais nesses territórios, em ambas as regiões investigadas, organizações alicerçadas em bases comunitárias, familiares ou associativistas protagonizam arranjos locais, buscando inspirar uma outra dinâmica de visitação às APs; bem como colocando em evidência as festividades culturais e sacras; a produção gastronômica e de artesanatos; as práticas desportivas e de aventura, entre outras que caracterizam a dinâmica cotidiana. Essas iniciativas valorizam, assim a sociobiodiversidade regional, que se expressa não apenas pela natureza preservada no contexto das APs, mas, também na pesca e no extrativismo tradicionais, nas manifestações artísticas e festejos populares, nas crenças e na espiritualidade, nos conhecimentos ancestrais sobre a fauna e flora, assim como nos artesanatos e na cultura alimentar regional.

Mas é importante enfatizar que, embora estas práticas de lazer já sejam historicamente praticadas nos territórios estudados, para a sua consolidação e visibilidade, em uma perspectiva de longo prazo, alguns desafios precisam ainda ser superados. Uma proposta, nesse sentido, poderia ser o reconhecimento dessas iniciativas pelos órgãos gestores das UCs, via a formalização de parcerias, por meio de instrumentos com esse objetivo, adaptados às diferentes realidades dos territórios, se assim for desejado pelas comunidades locais envolvidas.

Esse seria um passo importante para assegurar esse movimento, tendo em vista que os desafios identificados no decorrer da pesquisa parecem estar associados à informalidade que caracteriza os arranjos locais atuais, além da própria fragilidade das condições de recursos materiais e humanos disponíveis para que as UCs funcionem, também, em favor das comunidades locais. Além disso, a falta de planejamento de médio e longo prazos e a sazonalidade do fluxo de visitantes às APs limitam as possibilidades reais de geração de trabalho e renda, em caráter regular e contínuo, tanto no plano individual como no contexto coletivo.

Para que tais desafios sejam superados, é fundamental que sejam desenvolvidas estratégias colaborativas, construídas por meio do diálogo e do reconhecimento da importância de todos os atores sociais envolvidos. Assim, defende-se que os arranjos locais, no plano do *Lazer de Base Comunitária* associado às APs, sejam entendidos como caminhos para inspirar um ambiente institucional cooperativo e, para potencializar a integração entre os diferentes atores sociais, sem que sejam silenciados os conflitos sociais históricos, as disputas de poder, os modos locais de organização do trabalho e do tempo e, as diferentes concepções de mundo.

Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ADETUR LITORAL DO PARANÁ. **Adetur Litoral**. Disponível em: <<https://adeturitoral.com.br/>>. Acesso em 23 de nov. 2022.

AROSTEGUY, A. Território e experiências culturais: apropriações do lazer em dois “Pontos de Cultura” de Belo Horizonte/MG. **Tese** (Doutorado) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG. Belo Horizonte, 2018. 187p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. FGV Editora. 2006.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

BRASIL. Decreto de 03 de janeiro de 1997, **cria a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo**, no Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1997/dec_03_01_1997_resexmarinhaarraialcabo_rj.pdf> Acesso em: 23 de nov. 2022.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 23 de nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.340 de 23 de agosto de 2002. Regulamenta os artigos da Lei nº. 9.985, que **institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. Diário Oficial da União. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.340%2C%20DE%2022,SNUC%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias> Acesso em: 23 de nov. 2022.

BRASIL, Ministério do Turismo (MTur). **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas**, instituído pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Diário Oficial da União. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm> Acesso em: 02 de fev. 2023.

BRASIL. **Plano de Manejo da Reserva Extravista Marinha do Arraial do Cabo.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Brasília, 2020. 67p. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_Resex_Marinha_do_Arraial_do_Cabo.pdf> Acesso em: 23 de nov. 2022.

BRUHNS, H. T. **A Busca pela natureza** - Turismo e aventura. Editora Manole, 1ª edição. 2009

CABRAL, B. L. F.; TEIXEIRA, D. J. Turismo de Base Comunitária, Culinária e Cultura Alimentar: um estudo de caso no litoral do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 20, p. 67-84, 2020.

CAMPOS, M. Programa Adote um Parque: privatização das áreas protegidas e territórios tradicionais. Terra de Direitos e Fase; Grupos Cartas de Belém. 2021.79p. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/af-adote-um-parque.pdf>> Acesso em: 23 de nov. 2022.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá. 2007.

COHEN, M.; SILVA, J. F. da. Evaluation of collaborative strategies for ecotourism and recreational activities in natural parks of Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública** [online]. v. 44, n. 5, p. 1097-1123, 2010.

CRUZ, R. de C. A. da. Notas sobre a relação entre fascismo, fascismo social e turismo no Brasil. In: VIEIRA, A. B.; MORETTI, E. C.; LAMOSO, L. P. (Orgs.) **Território, economia e política**. 1. ed., Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2022, p. 9-22.

DE PAULA, E. V.; PIGOSSO, A. M. B. WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. In: SULZBACH, M.; QUADROS, J.; ARCHANJO, D. (Orgs.) **Litoral do Paraná: Território e perspectivas: dimensões de desenvolvimento**. 1. ed. Curitiba: Autografia, v. 1, 2018. 423p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP/Hucitec, 2008.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 50, p.116-126, 2019.

FAO, The Food and Agriculture Organization. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques**. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago: FAO. 2021. 150p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/cb2953es/cb2953es.pdf>> Acesso em: 23 de nov. 2022.

FCP, Fundação Cultural Palmares. **Dados abertos**. 2020. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>> Acesso em: 23 de nov. 2022.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320p.

- FERREIRA, P. T. A. Teorias do turismo – por epistemologias do sul global. In: OLIVEIRA, J. L. S.; SANTOS, L. O. S.; PANOSSO NETTO, A. (Org.) **Teoria do turismo**: interfaces, educação e práticas. São Paulo: Edições EACH, p. 50-62, 2022.
- FONSECA, V. M.; SCALCO, R. F.; ARAUJO, D. de M. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 30-52, 2022.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.3-20. 2014.
- GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2012. 343p.
- GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza**: Ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução de Igor Ojeda. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante. 2019. 340p.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal do IBGE**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 23 de nov. 2022.
- IOT, Inventário da Oferta Turística do estado do Rio de Janeiro - **Região Costa do Sol**. Universidade Federal Fluminense. Secretaria de Estado de Turismo. 2018.
- IRVING, M. de A. Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**, v. 4, n. 12, p. 122-147, 2010.
- IRVING, M. de A.; CORRÊA, F. V.; ZARATTINI, A. C. **Parques Nacionais do Rio de Janeiro**: Desafios para uma gestão social da biodiversidade. 1ª ed., Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013, 280p.
- IRVING, M. de A. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: Construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. In: PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. **Ética socioambiental**. 2019.
- LA ROVERE, R.; IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G. Turismo e sustentabilidade: contexto, obstáculos e potencialidades no Estado do Rio de Janeiro. In: OSÓRIO, M. *et al.* (Orgs). **Uma agenda para o Rio de Janeiro**: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- LEFF, E. **Inquietudes Ambientales, Humanas y Sociales**: una Entrevista con Enrique Leff. HALAC - Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña, por Marcos Colón, v.10, nº 2, p. 336-349, 2020. Disponível em: <<https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/452>> Acesso: 23/11/2022.
- MARÉS, C. F. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista Crítica do Direito**, n. 5, vol. 66, p. 88-106, 2015.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação** - CNUC. Disponível em: <<http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.consultarFicha>> Acesso em: 23 de nov. 2022.
- NASRI, Y.X.G.; IRVING, M.A.; OLIVEIRA, E.; COSTA, G.B. Uso Turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (RJ, Brasil): Uma leitura sobre desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, n. 14, vol. 4, p. 554-580, 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas. Convenção sobre Diversidade Biológica - **Preâmbulo**. 1992. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em 23 de nov. 2022.

OPAP, Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas. Carta Aberta - Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 435-441, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. *In*: LANDER, E. (Orgs.) **La colonialidad del saber**. CLACSO, Buenos Aires, p 201-246, 2000.

RAIMUNDO, S. **Em busca da sustentabilidade perdida**: Lazer e turismo diante das desigualdades socioambientais. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2019. 307p.

RIO DE JANEIRO. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Costa do Sol**. INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro, 2019. 114p. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Plano-de-Manejo-PECS_Versao-Final.pdf> Acesso em: 23 de nov. 2022.

RODRIGUES, C. G. de O.; IRVING, M. de A. Os significados de “público” e o compromisso de inclusão social no acesso aos serviços em apoio ao turismo em parques nacionais. *In*: IRVING, M. de A.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Orgs.) **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Diálogos entre Saberes e Fazeres. 1ª ed., Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p.113-143, 2015.

SETUR, Secretaria de Turismo. **Regionalização Turística do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=TURISMO>> Acesso em: 23 de nov. 2022.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Elefante, São Paulo. 2019.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org). **Revista Eletrônica Anais Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, UFF, p. 9-20, 2015.

VEDOR DE PAULA, E.; PIGOSSO, A. M. B.; WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. *In*: SULZBACH, M. T.; ARCHANJO, D. R.; QUADROS, J. **Litoral do Paraná**: território e perspectivas. Volume 3: dimensões de desenvolvimento. 1ª ed., Rio de Janeiro: Autografia, P.41-92, 2018.

VEDOVELLO, M. **Tourism as a Strategy for Reconciling Conservation and Development**: A Case Study from a Protected Area of the Brazilian Atlantic Forest. (Master of Natural Resources) International Resources. Raleigh, North Carolina, 2018.

WALSH, C. Critical interculturality and decolonial pedagogy: In-Surgir, Re-existing and re-living. *In*: CANDAU, V. M. (Orgs.) **Intercultural education in Latin America**: between conceptions, tensions and proposals. 7 Letras, Rio de Janeiro, p. 12-43, 2009.

Notas:

¹ Empresas como Carrefour, Coca-Cola e Heineken, apresentaram-se como partes interessadas na proposta.

² Apesar do autor se referir especificamente ao turismo, ele considera que a investigação sobre o tema está diretamente associada ao lazer, uma vez que “lazer e hospitalidade são temas que costumam uma vertente interdisciplinar com o turismo” (FERREIRA, 2022, p. 53).

³ Aquelas que admitem apenas o uso indireto dos elementos da natureza.

⁴ Como parte das iniciativas propostas pelo, à época recém-criado, Ministério do Turismo (MTur), o *Programa de Regionalização do Turismo* (PRT), publicizado em 2004, teve como objetivo inicial incentivar a descentralização e interiorização do turismo, a partir da criação de uma sinergia e cooperação entre municípios com características geomorfológicas semelhantes, para o fortalecimento de suas potencialidades em termos de atratividade turística. Com esse escopo, a seleção e organização dos municípios em polos regionais considerou, prioritariamente, aspectos próprios da dimensão territorial.

⁵ São esses: Araruama, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo.

⁶ A UC registrou um total de 1.156.698 e 966.357 visitantes, em 2018 e 2019 respectivamente (BRASIL, 2020).

⁷ Esta proposta é liderada pela ONG Sociedade de Proteção à Vida Selvagem (SPVS) e Fundação Boticário, e conta com o apoio voluntário do Instituto a Mudança que Queremos (IAMUQUE), para a realização do trabalho colaborativo.

⁸ Esta iniciativa integra três Parques Nacionais, dois Parques Estaduais, duas Áreas de Proteção Ambiental estaduais e uma RPPN, com potencial de novas UCs aderirem à proposta.

⁹ A ADETUR conta com cerca de 50 associados do setor privado, e realiza parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior e, ainda, com os órgãos públicos municipais e estaduais de turismo e meio ambiente.

¹⁰ No momento da pesquisa, a GRMA conta com cerca de 550 signatários, dos três estados (SP, PR e SC), sendo que destes, 179 são moradores de municípios do litoral do Paraná.

¹¹ A exemplo da iniciativa Vale do Gigante Paraná, como uma proposta que envolve empreendedores locais e oferece almoços com produtos regionais, atividades de observação de flora e fauna, e de aventura (*rafting*, canoagem, caminhadas, passeios de barco, *boia cross*, entre outras).

¹² Profissional responsável pela produção do mapa.

¹³ O Fandango Caiçara - registrado pelo Iphan em novembro de 2012 - é uma expressão cultural e festiva, cuja área de ocorrência abrange o litoral sul do estado de São Paulo e o litoral norte do estado do Paraná. Os grupos de fandango de ambos os estados participam de eventos.

¹⁴ Inicialmente, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP - UFPR).

¹⁵ O Instituto é uma organização não governamental de caráter socioambiental que atua no resgate cultural e na preservação dos ecossistemas do litoral paranaense. Conforme consta no site da organização, a palavra “Guaju” na linguagem do povo caiçara significa “mutirão”, e essa é a ideia do Instituto, reunir um mutirão de pessoas em prol dos mesmos objetivos.

¹⁶ Face ao contexto investigado, Vedovello (2018) sugere criar uma conexão entre a população e o governo local, e deste com o governo estadual, destacando a importância da comunidade acadêmica para a integração de diferentes atores sociais.

Agradecimentos

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Yasmin Xavier Guimarães Nasri: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: yasmin.nasri@hotmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1557601362682295>

Marta de Azevedo Irving: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: marta.irving@mls.com.br

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1912229324377473>

Beatriz Leite Ferreira Cabral: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: beatriz.cabral.ufpr@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1370490296408865>

Marcelo Augusto Gurgel de Lima: Universidade Estadual de Goiás, Goiana, GO, Brasil.

E-mail: marceloaglima@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2892363735528766>

Renata Amorim Almeida Fonseca Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: biol.renata@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2312831217864729>